

RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.557 - RS (2019/0026148-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : EUGILIO GEREMIA
ADVOGADO : RAFAEL BERED - RS050779

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. READEQUAÇÃO AOS NOVOS TETOS ESTABELECIDOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE SER REVISTO PELO STJ. DECADÊNCIA. NÃO INCIDÊNCIA DO PRAZO PREVISTO NO ART. 103 DA LEI 8.213/1991. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 42):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. TETOS. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003.

1. O Supremo Tribunal Federal, em regime de repercussão geral, ao julgar o RE nº 564.354, reconheceu o direito dos titulares de benefícios previdenciários à revisão das respectivas rendas mensais com base nas Emendas Constitucionais nº 20/1998 e nº 41/2003.

2. A possibilidade de revisão dos benefícios previdenciários, com base na EC nº 20/1998 e na EC nº 41/2003, alcança os benefícios concedidos antes da vigência da Constituição Federal de 1988, época em que a legislação previdenciária já estabelecia tetos a serem respeitados, no caso o menor e o maior valor teto, aplicáveis ao valor do salário de benefício (artigos 21 e 23 da CLPS/84, artigos 26 e 28 da CLPS/76 e art. 23 da LOPS).

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação dos artigos 103, *caput* e 23 do Decreto 89.312/1984, respectivamente, suscita que a decadência impede a alteração das regras da concessão e ademais, fundamenta que o benefício à época da concessão era calculado de forma diversa, levando em conta dados como o maior e menor valor teto, de modo que a decisão do STF apenas alcança os benefícios que foram calculados conforme as normas instituídas na Lei 8.213/1991.

Com contrarrazões.

É o relatório. Decido.

Colhe-se dos autos que a Corte de origem solveu a controvérsia com base na premissa de que o entendimento do Supremo Tribunal Federal, acerca da adequação dos salários de benefício aos tetos das ECs n. 20/98 e 41/03, seria aplicável a benefício concedido anterior à Constituição Federal de 1988, como na espécie e que o marco inicial da interrupção da prescrição retroage à data do ajuizamento da precedente ação civil pública n. 0004911-28.2011.4.03.6183.

De registrar que o INSS, em seu apelo especial se insurge somente quanto a

forma de cálculo da renda dos benefícios anterior a 1988 e a ocorrência de decadência (fl. 81).

Com relação à alegação de ofensa ao artigo 23 do Decreto 89.312/1984 o recurso não merece ser conhecido.

Verifica-se que o acórdão recorrido negou provimento à apelação com fundamento em precedente do Supremo Tribunal Federal. Dessa feita, dada a natureza estritamente constitucional do decidido pelo Tribunal de origem, refoge à competência desta Corte Superior de Justiça a análise da questão, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

É o que se verifica da fundamentação do acórdão (fl. 45):

À luz do julgado do STF, é forçoso concluir que o salário de benefício, por ser expressão do aporte contributivo do segurado, será sempre a base de cálculo da renda mensal a ser percebida em cada competência, integrando-se, por conseguinte, ao patrimônio jurídico do beneficiário. Assim, em tendo sido elevado o teto do salário de contribuição sem que tenha havido reajuste das prestações previdenciárias, como no caso das Emendas Constitucionais n.º 20/1998 e 41/2003, há a possibilidade de o segurado adequar o valor de seu benefício ao novo teto constitucional, recuperando o valor perdido em face do limitador anterior. Impende consignar, então, que o teto do salário de contribuição visa a limitar o valor da prestação no momento do seu pagamento. Não tem, pois, o condão de impedir que o valor desprezado em razão da sua incidência venha a ser novamente considerado quando do aumento real do valor do teto, consoante ocorreu com as Emendas constitucionais n.º 20/1998 e n.º 41/2003.

Tal entendimento também é aplicável aos benefícios concedidos antes da vigência da Constituição Federal de 1988, época em que a legislação previdenciária já estabelecia tetos a serem respeitados, no caso o menor e o maior valor teto, aplicáveis ao valor do salário de benefício (artigos 21 e 23 da CLPS/84, artigos 26 e 28 da CLPS/76 e art. 23 da LOPS).

A diferença entre o cálculo da renda mensal inicial na legislação anterior e na atual é que a apuração do limitador, no regime anterior, é mais complexa, mas, ainda assim, aplicando-se o entendimento do STF, a restrição deve existir apenas para fins de pagamento, não havendo redução do salário de benefício, que é a própria média corrigida (segundo os critérios da atualização da época) dos salários de contribuição integrantes do período básico de cálculo.

Conforme constou na decisão agravada (evento 61 da origem), os cálculos da contadoria judicial (evento 54 da origem), que foram acolhidos pelo juízo, aplicaram os critérios definidos no título executivo transitado em julgado, que, por sua vez, reproduziram o entendimento do STF, no RE 564.354/SE.

Descabe, pois, novo debate sobre a questão de direito.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. INCIDÊNCIA DOS NOVOS TETOS ESTABELECIDOS PELAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. DECADÊNCIA AFASTADA. APLICAÇÃO AOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS ANTES DE 5.4.1991. CONTROVÉRSIA SOLVIDA COM BASE EM FUNDAMENTAÇÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. PRECEDENTES DO STJ.

1. O prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei 8.213/1991 aplica-se

somente aos casos em que o segurado busca a revisão do ato de concessão do benefício previdenciário.

2. A pretendida extensão do disposto no mencionado dispositivo legal ao caso dos autos - revisão da renda mensal no intuito de que sejam observados os novos valores do teto definido nas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003, ou seja, reajustamento da renda mensal inicial - é inadequada, porquanto o autor requer aplicação de normas supervenientes à data da concessão do benefício.

3. **No que tange à alegação de que é indevida a readequação do valor dos benefícios concedidos antes de 5.4.1991, verifica-se que a Corte regional solucionou a controvérsia com base em fundamentação eminentemente constitucional. Assim, é inviável sua apreciação em Recurso Especial, sob pena de violação da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, do permissivo constitucional.**

4. Recurso Especial não conhecido" (REsp 1.673.285/ES, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 30/06/2017 - destaques acrescidos).

"PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO. BENEFÍCIO ANTERIOR À CF/88. MENOR E MAIOR VALOR-TETO. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DECISÃO FUNDAMENTADA EM INTERPRETAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/1998 E 41/2003. COMPETÊNCIA DO STF.

1. Na hipótese dos autos, não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado, manifestando-se de forma clara sobre o fato de que o entendimento do STF também é aplicado aos benefícios concedidos antes da vigência da Constituição Federal de 1988, época em que a legislação previdenciária também estabelecia tetos limitadores, no caso o menor e o maior valor-teto, aplicáveis ao valor do salário de benefício (arts. 21 e 23 da CLPS/84, arts. 26 e 28 da CLPS/76 e art. 23 da LOPS).

2. Outrossim, **extrai-se do acórdão objurgado que o entendimento da Corte de origem está integralmente fundamentado em dispositivos constitucionais e interpretação conferida pelo Supremo Tribunal Federal à *quaestio iuris*, razão pela qual descabe ao STJ se manifestar sobre a vexata questio, sob pena de invasão da competência do STF.**

3. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.664.638/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 30/06/2017).

Assim, com lastro nos precedentes desta Corte, inviável o exame do mérito da insurgência, em sede de recurso especial que se restringe à uniformização da legislação infraconstitucional.

No que pertine à incidência do instituto da decadência, o Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 626.489/SE, Relator Min. Roberto Barroso, publicado em 23-9-2014), reconhecendo a repercussão geral da matéria, decidiu, em suma, que os pedidos de concessão inicial de benefício previdenciário podem ser exercitados a qualquer tempo, enquanto os pedidos de revisão se submetem ao prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei n. 8.213/91.

Em igual sentido firmou-se a jurisprudência do STJ, conforme explicitado no julgamento dos REsp's. 1.309.529/PR e 1.326.114/SC, processados nos termos do art.

543-C do CPC, como representativos da controvérsia, relator Min. Herman Benjamin, julgados em 28.11.2012, tendo o REsp. 1.309.529/PR.

Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015.

Ante o exposto, **conheço do recurso especial** e, nessa extensão, nego-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

Relator

